



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS –
CAMPUS V
CURSO DE LETRAS, LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS**

ROSANA SANTOS SOARES

**ENTRE A PRESCRIÇÃO E A HETEROGENEIDADE DA LÍNGUA:
A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO**

Santo Antônio de Jesus-BA
2025

ROSANA SANTOS SOARES

**ENTRE A PRESCRIÇÃO E A HETEROGENEIDADE DA LÍNGUA:
A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA
PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO**

Artigo apresentado à Banca Examinadora como um dos instrumentos avaliativos do Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia, *Campus V*.

Orientador: Prof. Me. Manoel Crispiniano Alves da Silva


FOLHA DE APROVAÇÃO

ROSANA SANTOS SOARES


ENTRE A PRESCRIÇÃO E A HETEROGENEIDADE DA LÍNGUA: A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO

Trabalho apresentado à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus V, como requisito parcial para a obtenção do grau em Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas.


Aprovado pela seguinte Banca Examinadora no dia 24 de abril de 2025

Documento assinado digitalmente
 **MANOEL CRISPINIANO ALVES DA SILVA**
Data: 24/04/2025 12:58:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Mestre Manoel Crispiniano Alves da Silva (UNEB)
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **ISIS JULIANA FIGUEIREDO DE BARROS**
Data: 24/04/2025 20:08:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Doutora Isis Juliana Figueiredo de Barros (UFRB)
Membro externo

Documento assinado digitalmente
 **MAXIMIANO MARTINS DE MEIRELES**
Data: 24/04/2025 20:56:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Doutor Maximiano Martins Meireles (UNEB)
Membro interno

Santo Antônio de Jesus-BA
2025

ENTRE A PRESCRIÇÃO E A HETEROGENEIDADE DA LÍNGUA: A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO

ROSANA SANTOS SOARES¹

RESUMO: Com este estudo, investiga-se como o sujeito indeterminado é tratado nos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio. A análise é realizada por meio de uma coleção de volume único, aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2021. Nesse sentido, para realizar esta investigação, foram utilizados como referencial teórico os gramáticos Rocha Lima (2008), Cunha e Cintra (2001), Bechara (1966), entre outros, e os postulados de Perini (2000) e Castilho (2014), bem como os trabalhos sociolinguísticos de Milanez (1892), Pontes (2008), Assunção e Almeida (2016) e Santana (2006). Em suma, os resultados apontam que o material reconhece apenas as estratégias preconizadas pela gramática tradicional, ou seja, para se indeterminar o sujeito, o falante deve utilizar o verbo na terceira pessoa do plural (falaram de ti) ou usar o “se” indeterminador (precisa-se de ajuda). Assim, para um ensino de Língua Portuguesa que leve o aluno a reconhecer a heterogeneidade da língua é preciso ir além das prescrições gramaticais, mostrando a eles que os falantes utilizam outras formas para indeterminar o sujeito.

Palavras-chave: Sujeito indeterminado; Diversidade linguística; Livro didático.

ABSTRACT: This study investigates how the indeterminate subject is treated in Portuguese Language textbooks for secondary education. The analysis is carried out through a single-volume collection, approved by the National Textbook Program (PNLD) 2021. In this sense, to carry out this investigation, the following theoretical frameworks were used: grammarians Rocha Lima (2008), Cunha and Cintra (2001), Bechara (1966), among others, and the postulates of Perini (2000) and Castilho (2014), as well as the sociolinguistic works of Milanez (1892), Pontes (2008), Assunção and Almeida (2016) and Santana (2006). In short, the results indicate that the material only recognizes the strategies recommended by traditional grammar, that is, to make the subject indeterminate, the speaker must use the verb in the third person plural (they spoke of you) or use the indeterminate “se”. Thus, in order to teach Portuguese that leads the student to recognize the heterogeneity of the language, it is necessary to go beyond grammatical prescriptions, showing students that speakers use other forms to make the agent of the action indeterminate.

Keywords: Indeterminate subject; Linguistic diversity; Textbook.

1 INTRODUÇÃO

“Nego pensa que eu sou besta, mas de besta não tenho nada...”

Essa expressão é uma fala popular brasileira, vinculada principalmente à fala espontânea, que exemplifica um fenômeno linguístico relevante para a compreensão das estratégias discursivas utilizadas no cotidiano: a indeterminação do sujeito. No exemplo, o falante não nomeia explicitamente

¹ Estudante do Curso de Letras, Língua Portuguesa e Literaturas, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V. E-mail: rosana2019soares@gmail.com

quem pensa algo ao seu respeito, em vez disso, recorre a uma forma genérica para realizar uma crítica, acusação ou defesa. A escolha da forma nominal não apenas preserva a identidade do sujeito, mas também revela uma diferente estratégia linguística que manifesta a dinamicidade da língua em uso.

A indeterminação do sujeito é um fenômeno linguístico amplamente discutido no campo da Sintaxe e da Semântica. Contudo, há divergências entre os estudiosos da língua em relação a sua interpretação, visto que, enquanto os gramáticos tradicionais adotam uma abordagem prescritiva e restrita, os linguistas constataam a diversidade que envolve esse fenômeno. Pesquisadores como Milanez (1892), Pontes (2008), Assunção e Almeida (2016) e Santana (2006) não apenas reconhecem a pluralidade de fatores que envolvem a indeterminação do sujeito, como contextos discursivos, efeitos semânticos e pragmáticos, mas também apresentam novas formas de realizar a indeterminação. Essas contribuições evidenciam que o fenômeno vai além dos limites impostos pela gramática normativa, refletindo a dinamicidade e a heterogeneidade da língua em uso.

À vista disso, advoga-se que estudar as estratégias de se indeterminar o sujeito é fundamental para compreender a variedade linguística presente no Português Brasileiro (doravante PB), além de servir como recurso para o ensino da Língua Portuguesa.

De maneira geral, segundo a Gramática Tradicional (doravante GT) com base nas obras de Almeida (2009), Rocha Lima (2008), Cunha e Cintra (2001), Bechara (1966), Cegalla (2008) e Sacconi (2010), a indeterminação do sujeito ocorre em dois contextos: (i) quando a identidade do sujeito não é mencionada de forma explícita, sendo indicada por verbos na 3ª pessoa do singular acompanhados do pronome *se*, que funciona, sintaticamente, como índice de indeterminação, sendo esse clítico acompanhado de um verbo transitivo indireto (*precisa-se de funcionários*), intransitivo (*vive-se bem nesta cidade*) ou verbo de ligação (*era-se mais feliz antigamente*), (ii) ou por construções verbais que utilizam o verbo na 3ª pessoa do plural (*falaram dos problemas da empresa*). No entanto, estudos linguísticos revelam que, no PB, existem diversas maneiras de indeterminar o sujeito, além das prescritas pela GT, sendo uma delas o uso de formas pronominais e nominais.

O estudo sobre as diversas formas de indeterminação do sujeito se

revela fundamental para compreender o caráter heterogêneo da Língua Portuguesa, especialmente para observar as variações linguísticas em diferentes locais e contextos sociais.

Nesse sentido, tendo em vista o conjunto de estudos já desenvolvidos sobre o fenômeno em foco, os quais mostram que há várias formas para, semanticamente, indeterminar o sujeito, além das preconizadas pela GT, é importante que, no ensino de Língua Portuguesa, sejam trabalhadas as outras estratégias que já estão documentadas na literatura, visto que “Os professores e, por meio deles, os alunos têm que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa” (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 15).

Neste contexto, reconhecendo que o Livro Didático (doravante LD) é um recurso pedagógico importante, pois além de organizar os conteúdos, ajuda a democratizar o ensino ao oferecer um material acessível a todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, especialmente no ensino de português como língua materna, será feita uma análise das estratégias presentes em uma coleção de volume único da Língua Portuguesa do Ensino Médio, com o objetivo de verificar se o material se restringe apenas às abordagens tradicionalmente reconhecidas pela gramática ou se incluem outras formas de indeterminação já documentadas nas pesquisas linguísticas.

A presente investigação busca responder às seguintes perguntas norteadoras: (i) O LD traz outras formas de indeterminar o sujeito ou prescreve somente as formas reconhecidas pela GT? e (ii) Quais recursos linguísticos são utilizados no material para expressar a indeterminação do sujeito? Nesse viés, esta pesquisa tem como objetivos específicos: (i) Analisar as formas de indeterminação do sujeito preconizadas pela GT; (ii) Descrever as estratégias de indeterminação registradas pelas pesquisas (socio)linguísticas; (iii) Verificar as formas de não identificação do agente² presentes no LD de Língua Portuguesa e (iv) Propor reflexões sobre um ensino de português que respeite e trate, pedagogicamente, a variação linguística.

Além desta seção introdutória, o presente trabalho é estruturado nas seguintes seções: 2 Norma, variação e ensino; 3 Sujeito em diferentes perspectivas: da gramática tradicional à descritiva; 4 A indeterminação do sujeito:

² Agente é o termo da oração que indica quem é o responsável por fazer a ação verbal, ou seja, é quem pratica a ação expressa pelo verbo.

da GT aos usos; 5 Metodologia; 6 Discussão dos resultados; 7 Considerações Finais e, por fim, as referências.

2 NORMA, VARIAÇÃO E ENSINO

O ensino da Língua Portuguesa é, em sua maioria, constituído por um currículo tradicional que se concentra em um conjunto de regras gramaticais, ortográficas, fonológicas e sintáticas. Esse enfoque desconsidera a diversidade da língua, estabelecendo a norma-padrão como o ponto de referência na educação. Assim, as escolas prezam por um ensino do vernáculo que se baseiam em

Uma gramática predominantemente prescritiva, preocupada apenas com marcar o “certo” e o “errado”, dicotomicamente extremados, como se falar e escrever bem fosse apenas uma questão de falar e escrever corretamente, não importando o que se diz, como se diz, quando se diz, e se se tem algo a dizer (Antunes, 2003, p. 33).

O currículo tradicional, geralmente expresso no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola tende a privilegiar métodos tradicionais de ensino, nos quais a norma-padrão é abordada como a principal, e por vezes exclusiva. Essa orientação curricular funciona como um referencial para o ensino de leitura e escrita, influenciando diretamente o modo como os alunos desenvolvem suas habilidades linguísticas.

Tal direcionamento, observável tanto em PPPs escolares quanto nos materiais didáticos convencionais, traz à tona uma questão importante: restringir o ensino da Língua Portuguesa à norma-padrão é o mesmo que ignorar a riqueza linguística existente, resultando em uma educação descontextualizada em relação à realidade sociolinguística dos alunos, marcada pela diversidade de usos e registros da língua. Essa abordagem excludente e normativista evidencia um posicionamento que, segundo Bortoni-Ricardo (2005, p. 16), demonstra que “a escola brasileira ocupa-se mais em reprimir do que em incentivar o emprego criativo e competente do português”. Sendo assim, é necessário refletir sobre o modelo de ensino que desconsidera os múltiplos repertórios linguísticos presentes nas práticas cotidianas dos falantes. Nesse sentido, repensar a centralidade da norma-padrão na escola é essencial para promover uma

educação linguística mais inclusiva, que esteja de acordo com a realidade sociocultural dos alunos.

O ensino da GT proposto pelas instituições de ensino é frequentemente abordado com distanciamento da realidade linguística dos alunos, limitando-se a regras e classificações. Contudo, a língua, sendo um mecanismo vivo e dinâmico, exerce uma função crucial na comunicação e na construção de significados. Assim, não é recomendável promover o ensino de uma língua sem considerar seus usos ou situações de interação.

O ensino de língua portuguesa deve privilegiar o estudo da língua em situação de interação, considerar a língua em uso. Esse “uso” deve ser entendido como toda realização linguística efetiva que envolve as modalidades oral e escrita, como propõe Halliday (1997). (Duarte; Casseb-Galvão, 2017, p. 47)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais e, atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) salientam a importância de propor um ensino da Língua Portuguesa que reconheça e respeite a diversidade linguística do Brasil, pois trata-se de um fenômeno natural, que reflete as diversas identidades culturais, históricas, sociais e linguísticas existentes.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar [...] (Brasil, 1998, p. 26)

Dessa forma, faz-se necessário promover um ensino de Língua Portuguesa que considere a heterogeneidade da língua, possibilitando aos alunos compreender seu funcionamento como um fenômeno marcado pela pluralidade e pela variedade linguística. É preciso considerar os aspectos da variação e diversidade, visto que trabalhar com a língua implica, necessariamente, lidar com suas diferentes formas de realização, conforme afirma Callou (2016).

A variação é um traço natural e inerente a todas as línguas, refletindo as dinâmicas sociais, culturais e históricas das comunidades que as utilizam. Segundo Mollica

A variação linguística constitui fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas **variantes**. Entendemos então por variantes as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de **variável dependente** (Mollica, 2017, p.11)

Todavia, as abordagens tradicionais utilizadas nas escolas, tanto públicas quanto privadas, tendem a menosprezar as variações linguísticas, levando os alunos a enxergarem o fenômeno como erro de expressão. Por essa razão, é preciso propor um ensino que reconheça a legitimidade da variação linguística além da norma-padrão, só assim o aluno conseguirá

Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018, p. 28)

Posto isso, é necessário que o ensino da LP oportunize o entendimento dos fenômenos linguísticos, apresentando-os não como erro, mas como representações legítimas de uso da língua em contextos diversos. Essa concepção sobre os fenômenos contribuirá para a ampliação dos conhecimentos dos alunos sobre a língua materna.

Ao incluir a variação linguística no currículo, a escola não apenas promove a inclusão, mas também o respeito à identidade cultural de seus alunos, uma vez que essas variações são parte integrante da identidade de pertencimento de cada aluno. O ensino da língua, portanto, precisa ser amplo e inclusivo, preparando os estudantes para lidar com as diversas formas linguísticas com respeito e entendimento.

Assim, as instituições de ensino não devem se restringir apenas às regras gramaticais, mas promover a inclusão e o respeito linguístico, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos em relação à linguística.

Em síntese, o ensino da Língua Portuguesa tem que ser sensível à diversidade linguística e cultural dos alunos, promovendo uma compreensão ampla da língua e das suas múltiplas formas. Isso contribui para a construção de um conhecimento linguístico mais completo e para a valorização das identidades linguísticas de todos os falantes.

3 SUJEITO EM DIFERENTES PERSPECTIVAS: DA GRAMÁTICA TRADICIONAL À DESCRITIVA

Nesta seção, busca-se realizar um levantamento nas GTs e descritivas sobre a noção de sujeito, descrevendo, os critérios utilizados para tal definição.

3.1 A NOÇÃO DE SUJEITO DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

A noção de sujeito na GT é apresentada por diferentes critérios. Nesse sentido, Rocha Lima (2011, p. 288) define sujeito como “o ser de quem se diz algo”. Para Cunha e Cintra (2013, p. 137), esse pode ser definido da seguinte forma: “é o ser sobre o qual se faz uma declaração”.

Cegalla (1981, p. 214), por sua vez, segue a mesma abordagem dos gramáticos citados anteriormente e conceitua sujeito como “é o ser de quem se diz alguma coisa”.

Sacconi (2010, p. 358) critica a definição defendida pelos gramáticos Rocha Lima (2011), Cunha e Cintra (2013) e Cegalla (1981) que definem sujeito como o ser de que se declara algo. O autor afirma que essa definição “é imperfeita, porque não leva em consideração as orações interrogativas, imperativas e optativas, além de existirem sujeitos que não são seres, mas estados, qualidades, fatos ou fenômenos.” Sendo assim, Sacconi faz uma afirmação distinta das já apresentadas. Para o autor sujeito “é o ser ou aquilo a que se atribui a ideia contida no predicado.” Ainda afirma, sob outro aspecto, que sujeito “é o termo representado por substantivo ou expressão substantiva, ao qual, no sintagma oracional, se atribui um predicado.”

Evanildo Bechara define o sujeito como “o termo referente da predicação” (Bechara, 2010, p. 15). Para o gramático, o sujeito é uma unidade que interage com o núcleo verbal para compor uma oração, ou seja, é um elemento que estabelece concordância com o predicado. Ele ressalta que é a natureza sintática do verbo que determina se a predicação da oração está ligada a um sujeito ou não. Dessa forma, percebe-se que o conceito do termo em questão foi examinado sob uma dimensão puramente sintática, já que aborda a relação de concordância entre o sujeito e o núcleo do predicado verbal. Porém, essa definição do sujeito, focada apenas na concordância com o verbo, é limitada,

pois considera apenas o aspecto sintático e desconsidera outras dimensões, como a semântica e a discursiva. Por isso, embora útil na gramática normativa, essa visão não dá conta da complexidade do sujeito no uso real da língua.

À vista do exposto, observa-se que há uma divergência no critério utilizado pelos gramáticos para definir sujeito, posto que ora utilizam critérios semânticos e discursivos, ora sintáticos.

As definições para sujeito, apresentadas pelos gramáticos, podem ser exemplificadas da seguinte maneira:

EX. 01 Joelia viajou ontem (ser de quem se diz algo);

EX. 02 Yuri é um garoto muito levado (ser sobre o qual se faz uma afirmação); e

EX. 03 As vassouras quebraram no meio (relação de concordância entre sujeito e verbo).

Nesta subseção, é demonstrado que há diversas possibilidades de se definir sujeito. É importante destacar que as noções apresentadas nas GTs contribuem para o ensino do vernáculo, especialmente nas séries do Ensino Fundamental, onde se busca consolidar conceitos estruturais.

3.2 O CONCEITO DE SUJEITO SEGUNDO AS GRAMÁTICAS DESCRITIVAS

Perini (1986) realiza uma análise crítica da doutrina gramatical, destacando especialmente a inconsistência da GT ao citar a definição de sujeito. Como exemplo, o autor menciona a obra de Celso Cunha (1975, p. 137), que inicialmente define sujeito como “o ser sobre o qual se faz uma declaração”. No entanto, apenas algumas páginas adiante, o mesmo autor afirma que há casos em que o verbo não se refere a nenhuma pessoa determinada, apresentando a noção de sujeito indeterminado (p. 141).

Para Perini, esse exemplo expõe a inconsistência da GT, pois não deixa clara a conexão presumida entre sujeito e o ser que pratica a ação. A única definição de sujeito dada na gramática, ser sobre qual se faz uma declaração, é desrespeitada logo em seguida por uma nova definição que surge de forma subliminar, a qual descreve sujeito como termo que indica o ser de que pratica a ação.

O linguista, ainda analisando o fenômeno em discussão, com base na

definição proposta por Cunha (1975), apresenta quatro orações para análise. Esses exemplos, conforme Perini (1986, p. 15), são os seguintes:

Ex. 04: Carlinhos corre como um louco;

Ex. 05: Carlinhos machucou Camilo;

Ex. 06: esse bolo eu não vou comer;

Ex. 07: em Belo Horizonte chove um bocado.

De acordo com a GT, o sujeito seria: "Carlinhos" (04 e 05), "eu" (06), e inexistente em (07). No entanto, Perini demonstra que, na prática, a declaração também pode recair sobre "Camilo" em (05), "o bolo" em (06), e, por último, em (07), a oração não possui sujeito e, de acordo com a definição apresentada por Cunha, não deveria fazer uma declaração sobre nenhum ser, mas expressa de maneira clara uma afirmação sobre "Belo Horizonte", o que desafia a definição de sujeito como "o ser sobre o qual se faz uma declaração".

Essas análises revela que há uma distância significativa entre a teoria e a prática da GT. Como sintetiza Perini

As falhas da gramática tradicional são, em geral, resumidas em três grandes pontos: sua inconsistência teórica e falta de coerência interna; seu caráter predominantemente normativo; e o enfoque centrado em uma variante da língua, o dialeto padrão (escrito), com exclusão de todas as outras variantes (Perini, 1986, p. 06)

Essa crítica se intensifica com a análise da seguinte oração:

Ex. 08: Renato, suas ex-namoradas não te suportam.

Seria, portanto, "Renato" o sujeito da oração por ser o termo sobre qual se faz uma afirmação? Ou seriam "ex-namoradas" o sujeito, por serem o termo com o qual o verbo concorda?

O questionamento mostra que a definição tradicional de sujeito não é suficiente para lidar com os fenômenos reais da língua. Em resposta a essas limitações, Perini propõe uma revisão dos conceitos gramaticais, com base em critérios descritivos e compatíveis com o funcionamento efetivo da Língua Portuguesa.

Com base nisso, Perini (2000, p. 77) não define sujeito como o ser que pratica a ação nem como o termo que se refere à entidade sobre a qual se faz uma declaração. O linguista se concentra exclusivamente em critérios sintáticos ao declarar que o sujeito "é o termo da oração que está em relação de

concordância com o núcleo do predicado”. Para ele, o sujeito é apenas um dos elementos que compõem uma oração, relacionado por meio de uma relação formal bem definida. Assim, a função do sujeito é considerada um dos aspectos da estrutura formal da oração e não um dos elementos da mensagem que a oração transmite.

Essa visão está diretamente relacionada à noção de papéis temáticos desenvolvida pelo autor, que distingue claramente as funções sintáticas das funções semânticas. Para o autor, os papéis temáticos representam as funções de sentidos que cada termo exerce em relação ao verbo e são determinados pela estrutura argumental do verbo, não pela posição do termo na oração. Assim, um sujeito pode exercer diferentes papéis temáticos, o que mostra que nem sempre ele é o agente da ação, como apontam as abordagens mais tradicionais. Com isso, Perini propõe uma análise mais precisa e funcional da oração, separando as dimensões sintática e semântica, o que permite uma compreensão mais ampla do papel do sujeito no uso real da língua.

Castilho e Elias (2012, p. 338) não fornece uma definição clara para o termo em questão. Contudo, os autores oferecem uma análise voltada mais para a sintaxe e, a partir das análises de orações, identificam e pontuam as características que definem o sujeito. As propriedades identificadas são as seguintes: deve ser preenchido por sintagmas nominais (como um substantivo ou um pronome pessoal), costuma aparecer antes o verbo, podendo também ser posicionado após deste, determina a concordância verbal, é passível de pronominalização, isto é, pode ser substituído por um pronome, e pode ser omitido.

Por sua vez, Castilho (2014, p. 289) destaca que o conceito de sujeito se tem revestido de certa fluidez na teoria gramatical, e que diferentes estudos ressaltam as dificuldades enfrentadas por gramáticos e por sintaticistas a esse respeito. O autor também destaca que essas dificuldades são resultadas da tripla natureza do sujeito

Tais dificuldades derivam da natureza tríplice de tudo que é reconhecido como sujeito: o sujeito sintático, o sujeito discursivo e o sujeito semântico. A abordagem multissistêmica da língua trata com naturalidade a complexidade de mais essa categoria linguística. Estas considerações fornecem o roteiro para a análise do sujeito. (Castilho, 2014, p. 289)

De fato, como propõe Castilho, o sujeito é analisado de pontos de vista diferentes nas GTs: sintático, discursivo e semântico.

Sendo assim, do ponto de vista sintático, o linguista refere-se a sujeito como o constituinte que tem as seguintes propriedades: é expresso por sintagmas nominais, habitualmente colocado antes do verbo, determina a concordância com este, é pronominalizável por ele e pode ser elidido.

O autor explica que, sob a perspectiva discursiva, a sentença é vista como o lugar da informação, e, assim, "o sujeito é aquele ou aquilo que se declara algo. Ele é o ponto de partida da predicação, é seu tema³" (2014, p. 295). Nesta seção, ele trata sobre as propriedades discursivas do sujeito, a constituição do tema-sujeito por derivação do rema⁴. No entanto, essa definição apresenta uma limitação importante: ela assume que o sujeito sempre coincide com o tema da oração, o que nem sempre ocorre. O tema não se aplica exclusivamente ao sujeito, outros termos da oração também podem ocupar a posição de tema. Por exemplo: "O relógio, Carol comprou ontem". Na oração anterior, "Carol" é o sujeito gramatical, mas o elemento que organiza a informação e que funciona como ponto de partida na oração, ou seja, o tema, é "O relógio".

Ao discutir as propriedades semânticas do sujeito, o autor explora aspectos como a agentividade, sendo esta a função que designa o constituinte sentencial cujo referente é responsável pela ação expressa pelo verbo; a animacidade/ não animacidade, apresentando dois traços semânticos que caracterizam o traço / + animado/: o de / ± humano/, no qual um referente animado não precisa ser, necessariamente, humano, e o de / ± agentivo/, onde um referente animado não precisa, necessariamente, ser o controlador da ação; a referencialidade/ não referencialidade afirmando que "um sujeito /referencial/ é aquele que destaca determinado referente dentre o conjunto dos referentes possíveis que compartilham as propriedades indicadas pelo sintagma nominal – sujeito (Castilho, 2014, p. 297).

A última propriedade semântica do sujeito discutida por Castilho em sua análise é a determinação/ indeterminação, onde ele afirma que a indeterminação

³ Tema: informação pré-conhecida ou pressuposta no contexto comunicativo. É aquilo que já está na consciência do ouvinte/leitor.

⁴ Rema: informação nova, o que se comunica a respeito do tema.

é a propriedade semântica mais explorada dentro da GT.

4 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: DA GT AOS USOS

É inegável o papel da GT para a sistematização e a padronização das estruturas que compõem uma língua, porém as abordagens feitas pelas gramáticas normativas não consideram a heterogeneidade da língua, gerando distanciamento entre a norma subjetiva, idealizada e a objetiva, efetivamente usada.

A GT apresenta um caráter prescritivo e normativo. A tradição gramatical apresenta uma diretriz normativa, ou seja, determina uma maneira correta para o uso da língua, sendo essa uma concepção discutível para a Linguística, ciência que se dispõe a analisar e descrever a estrutura e o funcionalismo da língua, e não prescrever regras de uso. A linguística, segundo Bagno (2007), não tem como função prescrever como as pessoas devem falar, mas sim descrever e compreender como as pessoas realmente falam, em diferentes contextos sociais e culturais. Em outras palavras, os linguistas descrevem a língua em todos os seus aspectos, mas não tem como objetivo estabelecer regras de correção.

Diante desse cenário, serão apresentadas, nas subseções a seguir, as abordagens de algumas GT em relação ao fenômeno de indeterminação e o que as pesquisas científicas têm apresentado a respeito do fenômeno.

4.1 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO SEGUNDO A TRADIÇÃO GRAMATICAL

Segundo a norma-padrão, a oração é estruturada por dois elementos essenciais, sendo estes: sujeito e predicado. Sujeito pode ser definido por diferentes critérios, como apresentado na seção anterior.

O sujeito pode ser expresso na oração de diferentes formas. Segundo Sacconi (2010), esse pode ser determinado, ou seja, está expresso lexicalmente por um ou mais núcleo, podendo ser simples ou composto (Ex: As estrelas brilham no firmamento/ As estrelas e os cometas são estudados a muitos anos), desinencial, isto é, sendo expresso pela desinência número pessoal (Ex: Estamos muito felizes), há as orações em que o sujeito não está explícito e nem

pode ser identificado pelo contexto (Ex: Houve duas guerras mundiais) e ou indeterminado. Sendo assim, a indeterminação do sujeito caracteriza-se pela ausência do sujeito na oração. O verbo, portanto, apresenta-se como elemento principal da oração.

Nesse sentido, doravante, passa-se a analisar o que as gramáticas prescrevem sobre a indeterminação do sujeito. No bojo dessa discussão, Almeida (2009, p. 414) declara que o sujeito é indeterminado quando é de impossível identificação, representado linguisticamente pelas frases “Dizem que ele vem”, o verbo foi empregado como ativo, impessoalizado na 3ª do plural (praticando a ação), e “Assim se vai aos céus”, verbo impessoalizado na passiva (sofrendo a ação).

Rocha Lima (2008, p. 235) não se distancia muito do gramático apresentado anteriormente, visto que, para ele, se não for possível ou não quiser especificar o sujeito, ele se torna indeterminado. Para isso, o falante pode empregar o verbo na 3ª do plural, sem utilizar o pronome *e/les*, exemplo: “Falam mal daquela moça”. Ou ainda o falante pode empregar o verbo na 3ª do singular acompanhado da partícula *se*, sendo o vocábulo verbal intransitivo, exemplo: “Vive-se bem aqui”, ou transitivo indireto, como pode ser visualizado no exemplo a seguir: “Precisa-se de professores”.

Para Cunha e Cintra (2001, p.128), não é diferente, eles consideram que, em determinadas vezes, o verbo não está relacionado a uma pessoa determinada, ou por não ter conhecimento de quem executa a ação, ou por não ter interesse no seu conhecimento, portanto, o sujeito é caracterizado indeterminado.

Os autores ainda apontam as mesmas estratégias apresentadas anteriormente pelos gramáticos citados, isto é, colocando o verbo na 3ª do plural ou na 3ª do singular com o pronome *se*, conforme exemplos retirados de textos literários: “Reputavam-no o maior comilão da cidade” (C. dos Anjos, MS, 44.) e “Ainda se vivia num mundo de certezas” (A. Bessa Luís, OM, 296.).

Em sua vez, o gramático Bechara (1966, p.247) define sujeito indeterminado como o que não se nomeia, ou por não se querer ou por não saber fazê-lo.

Cegalla (2008, p. 325) determina sujeito indeterminado quando não se indica o agente da ação verbal. O autor em questão se diferencia dos demais

por apresentar uma outra estratégia, o verbo no infinitivo impessoal, exemplo: “Era penoso carregar aqueles fardos enormes” e “É triste assistir a estas cenas repulsivas”. Nos exemplos, o infinitivo impessoal indica uma ação sem agente definido, ou seja, não se pode identificar claramente quem realiza a ação expressa pelos verbos, mantendo a estrutura impessoal e, por isso, caracterizando a indeterminação do sujeito de forma diferente das construções com verbos na 3ª do singular acompanhados do pronome “se”, ou com verbos na 3ª pessoa do plural.

Sacconi (2010, p. 359) afirma que o sujeito é considerado indeterminado quando a sua identidade não é realmente conhecida ou até mesmo escondida propositadamente. O autor aponta que não se ignora apenas a identidade do sujeito, mas também o número de agentes. Semelhantemente aos demais gramáticos, ele define duas maneiras de se indeterminar o sujeito: colocando o verbo na 3ª do plural, sem referência ao pronome *eles*, ou sua variação, nem a qualquer substantivo anteriormente expresso, exemplo: “Roubaram minha carteira”, e colocando o pronome *se* junto a qualquer tipo de verbo, exceto o transitivo direto, na 3ª do singular, exemplo: “Precisa-se de empregados”.

Além disso, Sacconi ressalta que o sujeito indeterminado não existe como um elemento na oração. Quando o sujeito é representado por um pronome indefinido (como *alguém* ou *ninguém*), ele não será considerado indeterminado, mas sim simples. Embora o gramático afirme que os pronomes “*alguém*” ou “*ninguém*” não podem ser usados como um sujeito indeterminado, essa ideia pode ser questionada ao observar como a língua funciona em contextos reais de uso. Esses pronomes, por sua natureza semântica, não se referem a um sujeito identificado, nem determinado no discurso. Por exemplo, em frases como “*Alguém* pegou o celular” ou “*Ninguém* viu o estojo”, as estruturas sintáticas das frases mostram que esses pronomes indefinidos funcionam como sujeito simples. No entanto, semanticamente, eles indicam um sujeito cujo referente não é conhecido ou definido, o que revela justamente o efeito indeterminador.

Em síntese, fica evidente que há uma convergência entre os gramáticos apresentados anteriormente em preceituar a existência de duas formas de indeterminar o sujeito, sendo estas: orações com verbos na terceira pessoa do

singular seguido da partícula *se*⁵, com função de índice de indeterminação do sujeito, e verbo conjugado na terceira pessoa do plural sem referência a qualquer agente já expresso na oração.

4.2 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO SEGUNDO AS PESQUISAS LINGUÍSTICAS

Nas descrições tradicionais, são apresentadas duas estratégias para a indeterminação do sujeito, conforme indicado na seção anterior. No entanto, nota-se uma discrepância entre o que é abordado pelas gramáticas normativas e as descrições linguísticas a respeito da classificação de sujeito indeterminado. Isso porque os usuários da língua apresentam, em seu comportamento linguístico, outras estratégias de se indeterminar o sujeito, além das formas preconizadas pela GT.

Nesse sentido, Milanez (1892) propõe uma análise do fenômeno da indeterminação do sujeito no português oral, com foco na investigação e na descrição dos recursos de indeterminação no dialeto paulistano. A autora reconhece as formas indeterminadoras apresentadas pela GT, mas afirma que no PB existem diversas possibilidades para expressar a indeterminação.

Para desenvolver sua investigação, a pesquisadora recorreu ao *corpus* do Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta (PROJETO NURC), analisando um total de 20 participantes, num total de 20 horas de gravação distribuída em três tipos de entrevistas: diálogo entre dois informantes (D2); diálogo entre o falante e o documentador (DID); elocução formal (EF). O assunto predominante nas entrevistas foram assuntos de interesse geral.

Os resultados do levantamento das ocorrências do referido *corpus* confirmaram o distanciamento entre o que é prescrito pela GT e, normalmente, ensinado nas escolas e o que é efetivamente falado. Foram identificados mais de dez recursos linguísticos para se indeterminar o sujeito, além dos dois

⁵ O pronome *se* pode atuar como partícula apassivadora ou como índice de indeterminação do sujeito. Como partícula apassivadora, ocorre com verbos transitivos diretos, indicando voz passiva sintética e exigindo a concordância verbal com o sujeito paciente expresso. Já como índice de indeterminação do sujeito, acompanha verbos intransitivos, transitivos indiretos ou de ligação, mantendo o verbo sempre na terceira pessoa do singular e atribuindo à oração um agente indeterminado, isto é, sem sujeito definido.

apontados pela GT.

As ocorrências de indeterminação do sujeito encontradas na fala culta paulistana podem ser divididas em dois grupos: a) Formas sem sujeito lexical e b) Formas representadas por sujeito lexical.

Compõem o primeiro grupo as estruturas: (\emptyset + 3ª p. *singular*); (\emptyset + 3ª p. *plural*); (\emptyset + *verbo* + *se*); e (\emptyset + *infinitivo*). O segundo grupo é formado pelos seguintes recursos: *a gente*; *ocê*; *eles*; *eu*; *nós*; *o/um indivíduo*; *o/um sujeito*; *a/uma pessoa*; e *o/um cara*.

Os resultados do levantamento quantitativo dos dados revelaram 1.058 ocorrências de expressões indeterminadoras, sendo 38% formas sem sujeito lexical e 62% com sujeito lexical, ou seja, a maior parte é constituída por pronomes pessoais, como *a gente*, *ocê*, *eles*, *eu*, em detrimento dos recursos *o indivíduo*, *o sujeito*, *o cara*, etc. Essas formas marcam o sujeito sintático, mas o contexto mostra que o agente está, semanticamente, indeterminado.

No quadro a seguir, apresentam-se exemplos para ilustrar essas formas de indeterminação:

QUADRO 01: Estratégias de indeterminação do sujeito

Variantes	Frequência de uso	Exemplos
A gente ⁶	361 ocorrências (34,12%)	Ex. 09: "A caipirinha a gente prepara com limão galego (DID11)" (Milanez, 1892. p. 53) Ex. 10: "Quando a gente participa do projeto e observa o seu desenvolvimento, a gente percebe quantas dificuldades existem na realização de um trabalho de pesquisa de campo. (EF 350)" (Milanez, 1892. p.53)
(\emptyset + verbo + se)	205 ocorrências (19,37%)	Ex. 11: "Vivendo é que se aprende. (D2 324)" (Milanez, 1892. p.71) Ex. 12: "A, doce, se come muito doce na minha casa. (DID 11)" (Milanez, 1892. p.71) EX. 13: "Deve- se fazer as coisas enquanto você gosta daquilo. (D2 324)" (Milanez, 1892. p.71)

⁶ De acordo com o *corpus*, a gente é o indeterminador preferido pelo falante culto paulistano na linguagem oral.

		Ex. 14: "Quando se está sentado na plateia... (DID 32)" (Milanez, 1892. p.72)
Você	168 ocorrências (15,87%)	Ex. 15: "A gente, pra entrar na igreja, a gente passa por esse caminho com a Via Sacra. Ela é toda de azulejo, tem um quadro de cada lado, então você passa no meio. (D2)" (Milanez, 1892. p.56) Ex. 16: "Na vida você vê cada coisa..." (Milanez, 1892. p. 45)
(Ø + 3ª p. sing) ⁷	120 ocorrências (11,34%)	Ex. 17: "O piano é o tipo de instrumento que resulta imediatamente, porque o som está pronto, né? Chega lá, bota a mão. Está tudo no lugar. (DID 32)" (Milanez, 1892. p.64)
(Ø + 3ª p. pl)	53 ocorrências (5%)	Ex. 18a: "De acordo com a cerimônia, em certas igrejas , é nessa hora que começam a arrumar o altar. (D2 21)" (Milanez, 1892. p. 70) Ex. 19a: "Ontem à noite, assaltaram a casa de João." (Milanez, 1892.p.70)
(Ø + infinitivo)	30 ocorrências (2,8%)	Ex. 20: "Um jornal nunca poderá enfatizar informações marginais, em detrimento das grandes informações, quer dizer, então um jornal tinha que obedecer certas prioridades de informação. Me parece colocar em manchetes de jornal que o padeiro assassinou a amante, só para vender o jornal, é uma deformação. (DID 255)" (Milanez, 1892. p.73)

⁷ Foi registrada no corpus com ausência de relações anafóricas com qualquer Sintagma Nominal (SN) anterior a frase em que aparece.

Eles	13 ocorrências (1,2%)	Ex. 21: "A Caixa Econômica, você vai tomar dinheiro emprestado na Caixa Econômica, normalmente eles exigem uma garantia hipotecária. (DID 250)" (Milanez, 1892. p.61/62)
------	-----------------------	---

Fonte: elaboração própria

É importante destacar que os exemplos apresentados no quadro acima foram descritos pela autora para exemplificar a descrição de certos recursos de indeterminação. Em relação aos demais recursos identificados no *corpus* desta pesquisa, observa-se o seguinte levantamento de ocorrências: o termo *a pessoa* foi usado com 45 vezes, *o indivíduo* apareceu 28 vezes, *o sujeito* alcançou 16 ocorrências, *eu* somou 11 e *o cara* alcançou 7 ocorrências.

Por outra margem, Pontes (2008), pautada no quadro teórico da Sociolinguística, investigou as diferentes estratégias de indeterminação do sujeito no português popular da Bahia.

Para desenvolver esse estudo, a pesquisadora utilizou um *corpus* de língua falada pertencente ao Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia. Ela investigou o fenômeno em quatro comunidades afro-brasileiras selecionadas, Barra e Bananal, em Rio de Contas; Sapé, em Valença; e Helvécia, em Nova Viçosa. Além dessas comunidades, a autora utilizou 24 entrevistas, que fazem parte do Acervo de Fala Vernácula do Português Rural do Estado da Bahia, para analisar o fenômeno no município de Santo Antônio de Jesus.

A referida pesquisa identificou um total de dez formas de indeterminação do sujeito, revelando que a língua falada nessas comunidades possui uma riqueza de estratégias de indeterminação maior que as prescritas pelas GTs, as quais incluem as formas: *a gente*, $\emptyset + V3PS$, *você*, *nós*, *eles*, $\emptyset + V3PP$, $\emptyset + V1PP$, *ele*, *o senhor* e *eu*. A análise quantitativa alcançou 3.830 registros de indeterminação do sujeito.

Das formas apresentadas, foram levantadas as ocorrências de sete estratégias de indeterminação, são estas:

QUADRO 02: Estratégias de indeterminação do sujeito

Variantes	Frequência de uso	Exemplos
A gente	1789 ocorrências (47 %)	Ex. 22: “ A gente puxava a roda, ia lá, bulia com o [burinete], celava a mandioca, fazia a farinha.” (Pontes, 2008. p. 69)
Ø + V3PS	963 ocorrências (25%)	Ex. 23: “É... que diz que de noite não pode tomá muito tempo pa intervalo não. Poque saía dez hora.” (Pontes, 2008. p. 70)
Você	347 ocorrências (9%)	Ex. 24: “Hoje só tem convessa fiada. Você foi um forrozinho, ora... com pôco, turma tá discutino.” (Pontes, 2008. p. 69)
Nós	225 ocorrências (6%)	Ex. 25: “Aí nós panhava peda que aqui tinha um home que chamava Bernadino Lauro, que morreu, e tinha a peda dela, sabe?” (Pontes, 2008. p. 69)
Eles	221 ocorrências (5,7%)	Ex. 26: “Eu não me engano não, mas acho que aqui, eu acho que é um tal de... qu' eles falam um arquerão...” (Pontes, 2008. p. 69)
Ø + V3PP	161 ocorrências	Ex. 27: “Me dissero que vão pegá de noite... que vão dá um côro nele de noite.” (Pontes, 2008. p. 69)
Ø + V1PP	47 ocorrências (1,2 %)	Ex. 28: “Então, quando tem que fazê nossa vigília... Né, aproveitamos fazendo vigília, né? Fazendo retiro naquele dia por que ININT. É um período de férias.” (Pontes, 2008. p. 69)

Fonte: elaboração própria

Ocorreram também, em número reduzido, a utilização de pronome de tratamento *o senhor* para expressar indeterminação, bem como dos pronomes *eu* e *ele*, porém, por sua baixa frequência, as ocorrências dessas variantes foram descartadas na análise quantitativa. Observa-se:

QUADRO 03: Estratégias de indeterminação do sujeito

Variantes	Frequência de uso	Exemplos
Ele	41 (1%)	Ex. 29: “Já passô medino aí, num é hoje... isso já tá com mais de quatro mês qu' ele tá medinho isso, e até hoje não aparece, né?” (Pontes, 2008. p. 70)
O senhor	23 ocorrências (0,6%)	Ex. 30: “A senhora ININT a senhora ganha quinhento reais... a senhora vai tê direito... a senhora vai tê... a senhora vai tê a facilidade de tirá do seu dinheiro trezento pa pagá, num tem.” (Pontes, 2008. p. 70)
Eu	13 ocorrências (0,3 %)	Ex. 31: “Gente de tempo é assim.... Se eu dô o senhô má criação, eles me dão um côro chateado...” (Pontes, 2008. p. 70)

Fonte: elaboração própria

Ademais, Assunção e Almeida (2016) analisaram as estratégias de indeterminação do sujeito na variedade linguística de Feira de Santana. Para tal, utilizaram um *corpus* que se baseia nos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), a partir do qual realizaram análises tanto quantitativas quanto qualitativas, com ênfase em um estudo de tempo aparente.

Para alcançar os resultados, as pesquisadoras recorreram ao programa Goldvard (2001), encontrando 1352 ocorrências. Exceto pelo pronome *tu*, foram identificadas dez variantes que podem ser utilizadas para indeterminar o sujeito

na variedade linguística feirense, sendo estas: (I) *a gente*; (II) *você*; (III) *formas nominais (FNs)*; (IV) \emptyset +V3PP; (V) *eles*; (VI) *nós*; (VII) \emptyset +V3PS; (VIII) \emptyset +V+SE; (IX) *eu*; (X) \emptyset +V INF.

As variações são apresentadas por uma tabela em ordem decrescente de ocorrências, onde a frequência dos recursos de indeterminação de sujeito no *corpus* é apresentada da seguinte forma:

TABELA 01: Estratégias de indeterminação do sujeito no português feirense

Variantes	Ocorrências/total	Porcentagem
A gente	456/1352	34%
Você	325/1352	24%
FNs	136/1352	10%
\emptyset v3pp	121/1352	9%
Eles	82/1352	6%
Nós	74/1352	5%
\emptyset v3ps	71/1352	5%
\emptyset +v+se	48/1352	4%
Eu	22/1352	2%
Inf	18/1352	1%
Total	1352/1352	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Os resultados mostram que as formas *a gente* e *você* são os recursos preferidos dentre as possibilidades de indeterminar o sujeito na variedade linguística feirense. Apesar de a variante *a gente* ter demonstrado uma frequência maior de ocorrências, as autoras se dedicaram a verificar o uso do pronome *você* na linguagem oral feirense, considerando-o como a forma mais inovadora no uso da indeterminação do sujeito, conforme o exemplo a seguir: Ex. 27: "... No interior fazendo aquelas... Tipo carnaval, mas antigamente não era assim não, em toda a casa tinha uma fogueira ou tinha um forrozinho dentro de casa **você** podia chegar... "Entrar para cá fulano." Chegava lá **você** bebia, bebia, \emptyset **comia** seu amendoim, \emptyset **tomava** seu licor, era legal. (NELP@H3V) (Assunção e Almeida, 2001. p. 292)

Por último, Santana (2006) explora a complexidade da indeterminação do sujeito no português falado em comunidades afrodescendentes rurais do semiárido baiano, mais especificamente nas localidades de Piabas, localizada no município de Caém, e Bananal / Barra dos Negros, comunidades localizadas

no município de Rio de Contas. A pesquisa adota uma abordagem variacionista, para avaliar como fatores linguísticos e extralinguísticos influenciam a escolha de formas de indeterminação do sujeito, os dados foram submetidos ao pacote de programas estatísticos VARBRUL.

Para observação do fenômeno em estudo, foram analisadas as formas pronominais: *a gente*, *nós*, *você* e *eles* e as formas sem sujeito lexical \emptyset +V3PP, \emptyset +V3PS, \emptyset +VINFINF e \emptyset +V+SE a partir de 24 entrevistas, 12 de cada uma das comunidades mencionadas, que compõem os *corpora* do Projeto “A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano”.

Os dados obtidos por meio do processamento pelo programa VARBRUL foram analisados e expostos em ordem decrescente. O total geral foi de 2569 ocorrências, observam-se os exemplos expostos pela pesquisadora:

QUADRO 04: Estratégias de indeterminação do sujeito

Variantes	Frequência de uso	Exemplos
A gente	1.149 ocorrências (45 %)	Ex. 32: “Inf.: No mês de mauço, que é o mês que a gen... a gente chama aqui mês da quaresma, né? (B, 3, 20)” (Santana, 2006. p. 74)
\emptyset + V3PS	525 ocorrências (20%)	Ex. 33: “Inf.: \emptyset Rela mandioca, \emptyset lava muito bem lavada, \emptyset tira a goma dela todinha, \emptyset passa na peneira, \emptyset côa , \emptyset põe pa freventar, depoi de freventada \emptyset torna levar na água, \emptyset lava te tira tudo quanto é escorrego. Aí, fica meia crespa. Aí, cê faz a calda lá na panela e coloca lá dento... (B, 34, 265)” (Santana, 2006. p. 77)
Eles	272 ocorrências (10,5%)	Ex. 34 “Inf.: Quer dizer que condições eles têm, né? Doc.: Claro que têm. Inf.: Mais eles promete... promete... promete e aí \emptyset vai

		enrolano... enrolano, é. (P, 3, 71).” (Santana, 2006. p. 76)
Nós	227 ocorrências (9%)	Ex. 35: Inf.: Tá, pois se nós tamo no fim da era. É de pegar, vai passano mermo aí, porque é pá nós ir embora tudo. (P, 12, 172)” (Santana, 2006. p.72)
Você	151 ocorrências (6%)	Ex. 36: “No tempo do cru... do conto, você com um conto era a merma coisa que num ter nada, cê ia na feira com aquele conto, cê num comprava nada... (B, 9, 133)” (Santana, 2006. p. 117)
Ø + V3PP	120 ocorrências (5 %)	Ex.37: “Inf.: Que Ø derrubaro a outra, né? Ø Fizero aquela nova. Mas teve sempre teve igreja, derde eu pequeno. (P, 7, 132-3)” (Santana, 2006. p.78)
Ø + VINF	109 (4%)	Ex. 38: “Doc.: Aqui dá de tudo? Inf.: Tudo que Ø prantar aqui dá. (B, 4, 59)” (Santana, 2006. p.79)
Ø+V+SE	15 ocorrências (0,5 %)	Ex. 39: “Inf.: Tem rio aqui tomém, o povo gosta muito. Aqui se fala muito da Ponte do Coronel. (B, 8, 109)” (2006. p. 80) Ex. 40: “Inf.: E quanto mais o rio chei, mais mió de se passar . (P, 15, 195)” (Santana, 2006. p. 80)

Fonte: elaboração própria

Portanto, com base nos estudos sistematizados que levaram em consideração diferentes normas do PB e localidades, conclui-se que os falantes criam outras estratégias de indeterminação do sujeito além das prescritas pela

GT. Isso mostra que já há uma literatura produzida sobre o tema e essas outras formas precisam ser trabalhadas em sala de aula, mostrando aos alunos que a língua é essencialmente heterogênea e está em constante mudança.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, de natureza exploratória, e utiliza como procedimento metodológico a análise documental. A abordagem qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1994), busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações e contextos, ou seja, os pesquisadores procuram compreender o ponto de vista dos sujeitos entrevistados, respeitando suas percepções, crenças e interpretações. Além disso, esses investigadores coletam dados no campo, onde os fenômenos ocorrem naturalmente, e não em ambientes controlados. Nesse sentido, a abordagem qualitativa não se pauta por dados estatísticos, mas por uma análise descritiva e compreensiva. A natureza exploratória, por sua vez, segundo Gil (2008), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema investigado, possibilitando a formulação de questionamentos, a delimitação do problema e o direcionamento de estudos futuros. A análise documental, por fim, consiste na investigação sistemática de fontes já existentes, como legislações, manuais, materiais didáticos e produções acadêmicas, com o objetivo de extrair, organizar e interpretar dados que subsidiem a análise crítica do fenômeno em foco (Cellard, 2012).

Essa perspectiva se revela apropriada para o estudo por estar alinhada com os objetivos desta pesquisa, que exigem uma abordagem interpretativa, atenta aos contextos e aos significados presentes nos materiais didáticos analisados. Considerando que a investigação desta pesquisa busca identificar e descrever as estratégias de indeterminação do sujeito em Livros Didáticos da Língua Portuguesa, se torna necessário um olhar que vá além da superfície textual e alcance os sentidos produzidos discursivamente.

Para alcançar tal objetivo, foi analisada a coleção “Se Liga nas Linguagens Português”. A obra foi aprovada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2021 dos autores Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi. Vale ressaltar que essa coleção foi adotada pela rede pública dos municípios de Santo

Antônio de Jesus e Varzedo⁸, nas escolas estaduais Colégio Estadual Democrático Doutor Rômulo Almeida (CEDRA) e Colégio Estadual Nossa Senhora da Conceição (CENSC), do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Essa coleção é Volume Único, sendo adotada a mesma obra para as três séries do Ensino Médio.

A obra apresenta uma estrutura típica de um LD: capa; folha de rosto; apresentação; sumário; divisões de capítulos, com textos explicativos, ilustrações, exercícios, textos complementares, entre outros pontos. Para cada seção, há objetivos e justificativas das propostas didáticas e identificação das competências gerais e específicas e das habilidades da BNCC localizadas no final do material. O livro é dividido em duas áreas do conhecimento: literatura e análise linguística/semiótica, contém ao todo 32 capítulos e 320 páginas.

Para o desenvolvimento desta pesquisa e verificação do fenômeno estudado, foi analisado o capítulo 27, mais especificamente da página 256 a 264, que tem por título “Introdução à sintaxe e sujeito”. Esse foi escolhido, porque trata do fenômeno estudado. Assim, a análise desse material será guiada por duas perguntas: (i) quais são as estratégias de indeterminação do sujeito presentes no LD? (ii) O livro reconhece as diferentes formas de indeterminação para além das prescritas pela GT?

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O capítulo vinte sete da referida obra, que trata sobre o estudo do sujeito indeterminado, é iniciado com a exposição de um webquadrinho do cartunista paulista Fábio Coala, sequenciado por três questões interpretativas para abordar sobre frases.

⁸ A escolha da coleção adotada nos municípios de Santo Antônio de Jesus e Varzedo se deu por razões geográficas: a autora desta pesquisa cursou a universidade, além de realizar estágios remunerados, em Santo Antônio de Jesus e reside em Varzedo, o que proporcionou maior acessibilidade e familiaridade com as práticas pedagógicas dessas localidades.

Figura 01: Imagem utilizada pelo LD para abordar sobre frases



Fonte: Ormundo; Sinischalshi (2020, p. 256)

Figura 02: Questões relacionadas à definição de frases

1. Qual é a função do último quadrinho em relação aos anteriores?
2. O que explica a transformação do boneco em um ser animado?
3. Como você interpreta a fala "Isso" no primeiro quadrinho?

Fonte: Ormundo; Sinischalshi (2020, p. 256)

Em seguida, os autores explicam que o texto verbal dessa tirinha são unidades linguísticas com sentido completo. Assim, definem *frase* como a menor unidade linguística com propósito comunicativo: perguntar, responder, prometer, pedir, elogiar, confessar, declarar, opinar, entre outros propósitos, dividindo-a em cinco tipos: Frase declarativa; Frase interrogativa; Frase imperativa; Frase

exclamativa e Frase optativa. O livro aborda interjeição em uma nota de margem, trata-se de uma informação complementar.

É utilizado novamente um texto multimodal, desta vez, um webquadrinho crítico do quadrinista Junião para introduzir a conceituação de orações, como pode ser visto na figura 03 a seguir.

Figura 03: Imagem introdutória para tratar as orações



Fonte: Ormundo; Sinischalshi (2020, p. 257)

Os autores retomam as frases que compõem o texto para apresentar a definição de oração, sendo essa definida como unidades gramaticais centradas em um verbo ou locução verbal e para explicar que a construção de uma oração pode ser denominada período simples, frases construídas por apenas um verbo, ou período composto, presença de duas ou mais formas verbais.

Ainda tratando sobre as orações, Ormundo e Sinischalshi (2020, p. 258) afirmam que “nas orações, ocorre a combinação do sujeito com o predicado”. O capítulo aborda a noção de sujeito com base apenas no critério sintático, considerando-o como uma unidade que interage com o núcleo verbal, essa compreensão se torna evidente ao analisar os textos utilizados para tratar sujeito indeterminado. Já o predicado é definido com a função de fazer uma declaração sobre o sujeito e é formado em torno do verbo. À vista disso, nota-se que, para definir predicado, os autores recorrem a um critério semântico, o que já evidencia uma confusão nos critérios adotados, visto que ora usam o sentido para denominar as unidades, ora o formal.

Os tipos de sujeito são introduzidos no capítulo de forma lúdica, os autores

utilizam uma tirinha da autora Níquel Náusea para contextualizar os conteúdos e estimular a interpretação dos alunos.

Figura 04: Imagem usada para classificação do sujeito



Fonte: Ormundo; Sinischalshi (2020, p. 258)

Logo após a apresentação da tira, o livro traz três questões interpretativas que abordam as características e a percepção do sujeito retratado no texto.

Figura 05: Questões referente a tirinha de Níquel Náusea

1. Quais expressões usadas na tira caracterizam o rato de maneira contrastante?
2. Explique como esse contraste revela diferentes pontos de vista.
3. Que efeito a consciência desse contraste produz no rato? Explique.

Fonte: Ormundo; Sinischalshi (2020, p. 259)

O LD descreve o sujeito como um termo posicionado antes do predicado. Entretanto, por meio da tirinha, demonstra que é possível, principalmente quando se busca por um efeito especial, o sujeito ser colocado após o predicado. Isso é relevante, posto que mostra ao aluno que a posição dos termos na sentença pode gerar efeitos de sentido diferentes. Por fim, apresenta os tipos de sujeito, indicando que a classificação é determinada pela quantidade de núcleos: um, vários ou nenhum expesso.

Nota-se que os autores optam por adotar um critério formal para tratar sobre sujeito, pois ao tratar sobre a concordância entre o verbo e os sujeitos simples e composto, eles afirmam que, segundo a norma-padrão da Língua Portuguesa, o verbo deve concordar em número e pessoa com o sujeito da

oração. Porém, eles reconhecem, em situações informais, o emprego das orações sem concordância entre verbos e sujeitos, revelando que

Esse tipo de construção, que foge à norma-padrão, **não é incomum**; mesmo nas variedades urbanas de prestígio notam-se alguns usos que manifestam relações de concordância não previstas nessa norma. (Ormundo; Sinischalshi, 2020, p. 259, grifo nosso)

À vista disso, observa-se que os autores se filiam a uma concepção de língua enquanto uma realidade variável, pois reconhecem que a língua pode mudar de acordo com o contexto em uso para atender as necessidades dos falantes. Propor o ensino da língua sob a perspectiva de que ela está em constante transformação é essencial para promover o desenvolvimento da consciência sociolinguística dos alunos.

Ao trabalhar as variações formais e informais, o aluno aprende a identificar quando e onde utilizar cada forma, livre de preconceitos linguísticos. Conforme orienta a BNCC (Brasil, 2018), é preciso oferecer um ensino que reconheça a língua como um instrumento de interação e expressão, em vez de se restringir ao ensino de regras normativas com fim em si mesma.

Posteriormente, o fenômeno estudado por esta pesquisa, sujeito indeterminado, é abordado. Os autores utilizam dois textos, texto verbal e texto híbrido, como comparativos para apresentar a primeira estratégia de indeterminação do sujeito. Observa-se o trecho selecionado do romance “A cabeça do santo” da escritora Socorro Acioli como primeiro texto:

Figura 06: Trecho do romance “A cabeça do santo”

“Nos primeiros dias o sangue e a água que minavam das bolhas arreventadas nos seus pés chiavam em contato com o asfalto em brasa, inclemente. De tão secos, fizeram silêncio.”

ACIOLI, Socorro. *A cabeça do santo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Fonte: Ormundo; Sinischalshi (2020, p. 260)

No trecho apresentado, os autores declaram que a forma verbal “fizeram”

se refere a um sujeito já determinado anteriormente, “os seus pés”. Nota-se que o LD não utiliza um critério semântico para definir sujeito, como aquele que executa a ação verbal ou de quem o verbo declara algo. O sujeito apresentado está ligado ao núcleo verbal enfatizado.

Em sequência, os autores apresentam um novo texto e solicitam uma comparação com o texto apresentado anteriormente.

Figura 07: Imagem que trata o fenômeno de indeterminação do sujeito



Fonte: Ormundo; Sinischalshi (2020, p. 260)

A análise do segundo texto é realizada a partir de três questões interpretativa, sendo elas:

Figura 08: Questões relacionadas à imagem 07

1. O verbo *dizer* está flexionado na terceira pessoa do plural em concordância com um termo do texto? Explique sua resposta.
2. Qual expressão do texto revela uma opinião sobre o que foi dito à personagem?
3. Que visão de mundo justifica o que foi dito a ela?

Fonte: Ormundo; Sinischalshi (2020, p. 260)

Para tais questões, espera-se que o aluno responda que não, pois não dá para saber a quem o verbo se refere; a expressão “maus conselhos”; e a visão de que certas profissões não devem ser exercidas por mulheres, machismo. Explorar o fenômeno por meio de uma abordagem reflexiva é uma estratégia pedagógica eficaz, pois estimula a participação ativa do aluno no processo de aprendizado. Por meio das questões, o aluno explora, analisa e relaciona ideias, o que, por sua vez, leva ao desenvolvimento de uma compreensão mais ampla.

Os autores se apoiam na obra “Mulheres” de Carol Rossetti, artista mineira que demonstra em sua obra seu incômodo com os rótulos impressos nas mulheres pela sociedade machista.

Para representar a voz da sociedade, a artista empregou a forma verbal “disseram”, cujo referencial não pode ser localizado pelo contexto. Diferente do trecho do romance de Socorro Acioli, em que ocorria a concordância entre o verbo na 3ª pessoa do plural e um sujeito anteriormente expresso. No segundo texto, a flexão do verbo foi empregada para indeterminar o referente. A forma verbal destacada, “disseram”, evidencia que a autora não desejava identificar o sujeito da ação praticada.

Além desta estratégia para indeterminar o sujeito, emprego do verbo na 3ª pessoa do plural sem a menção anterior da identidade do sujeito, os autores apresentam uma segunda forma para indeterminar o sujeito, o pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito, como pode ser visualizado na Figura 09:

Figura 09: Segunda estratégia de indeterminação do sujeito

Outra forma de indeterminar o sujeito ocorre com o emprego do pronome *se* junto de verbos, resultando em orações que destacam o processo verbal sem atribuí-lo a algo ou a alguém. São casos em que o *se* atua como **índice de indeterminação do sujeito**. Veja:

Vive-se mal numa cidade tão poluída.

Precisa-se de professores auxiliares.

Não se luta sem causa.

Esses casos não devem ser confundidos com orações formuladas na voz passiva sintética. Acompanhe a análise de um exemplo.

Destruiu- se a base militar.

verbo partícula sujeito
apassivadora

Equivalente a *A base militar foi destruída*, que se apresenta na voz passiva analítica.

Aluga-se casas ou alugam-se casas? Precisa-se de operários ou precisam-se de operários?

A oração na voz passiva sintética apresenta sujeito e há concordância entre ele e o verbo: *As bases militares foram destruídas; Destruíram-se as bases militares.*

Isso não ocorre quando o pronome *se* é índice de indeterminação do sujeito, situação na qual o verbo que ele acompanha está sempre na terceira pessoa do singular: **Fala-se muito de futebol; Come-se bem aqui.**

Contudo, a concordância entre sujeito e verbo no plural nas construções em voz passiva nem sempre é seguida. Muitos estudiosos apontam que o falante tende a confundir

Fonte: Ormundo; Siniscalshi (2020, p. 261)

A segunda estratégia para indeterminar o sujeito é apresentada por meio de conceitos, diferente da primeira, que foi analisada com base em sua utilização no texto. Os autores destacam que o pronome *se* pode funcionar como índice de indeterminação do sujeito, tornando o sujeito da ação indefinido. Para isso, a partícula deve ser utilizada com verbos intransitivos (*vive-se mal numa cidade tão poluída*/ *Não se luta sem causa*) ou verbos transitivos indiretos (*precisa-se de professores auxiliares*).

Ao tratarem do pronome *se* como estratégia de indeterminação do sujeito, Ormundo e Siniscalchi (2020) estabelecem uma distinção, por meio de exemplos, entre índice de indeterminação do sujeito e a voz passiva sintética, dada a utilização do mesmo pronome em ambas as construções. Segundo os autores, o índice de indeterminação do sujeito se caracteriza pela ausência de um sujeito identificável e pelo emprego do verbo no singular, ao passo que, na voz passiva sintética, há a presença de um sujeito determinado que sofre a ação verbal, com a concordância do verbo com esse sujeito. No entanto, os usos reais da língua evidenciam que tal concordância nem sempre se concretiza. Em contextos informais, tanto na oralidade quanto na escrita informal, como em anúncios e placas, é comum a ocorrência de construções que não apresentam concordância entre o sujeito e o verbo na voz passiva sintética, como no exemplo: “Aluga-se casas na rua da Laranjeira”, no qual se observa a permanência do verbo no singular, apesar de “casas” estar no plural e ocupar a função de sujeito. Esse tipo de construção pode ocorrer por causa de uma compreensão limitada sobre a função sintática do termo “casas”, ou por causa dos usos espontâneos da língua, os falantes, muitas vezes, tendem a não refletir gramaticalmente sobre a função sintática dos termos empregados. Sendo assim, é possível a interpretação do termo “casas” como um objeto direto, um complemento, e não como o sujeito da oração. Tal fenômeno revela que a língua, em sua dimensão viva e social, apresenta variações que desafiam a rigidez normativa, tornando a realização da concordância verbal um fenômeno instável

e sensível ao contexto.

Os exemplos apresentados na obra ajudam na compreensão das diversas funções que o pronome *se* pode desempenhar. No entanto, a falta de uma análise da estratégia em um texto dificulta a assimilação. Seria benéfico se os autores utilizassem um gênero textual adequado, como textos jornalísticos, anúncios ou manuais, para analisar essa função de indeterminar o sujeito. Dessa forma, o conceito da estratégia seria apresentado de maneira mais fluida e natural.

Finalizando as definições sobre sujeito, os autores abordam as orações sem sujeito, definindo-as como orações que apresentam apenas predicados, formadas por verbos impessoais.

Nesse mesmo eixo analítico, o Manual do Professor do livro trata o fenômeno da indeterminação do sujeito a partir de uma perspectiva normativa. Embora o material reconheça a dimensão discursiva do fenômeno, a abordagem permanece centrada na estruturas das orações, com pouca problematização sobre os efeitos de sentido e os mecanismos de apagamento do sujeito que tais estruturas podem produzir nos textos. Com isso, reforça uma abordagem tecnicista da linguagem, que privilegia a classificação gramatical em detrimento de uma reflexão crítica sobre os usos sociais da língua.

Com essa análise, fica evidente que os autores do LD adotaram uma abordagem limitada e prescritiva para desenvolver o estudo sobre sujeito indeterminado, comprometendo a compreensão mais ampla e precisa desse fenômeno. Restringir o ensino de um fenômeno linguístico apenas a uma perspectiva normativa é o mesmo que desconsiderar a variedade existente na Língua Portuguesa.

São propostas no final do capítulo quatro questões para trabalharem o sujeito na prática. Dessas quatro questões apenas as alternativas b e h da quarta questão contempla a indeterminação do sujeito.

Figura 10: Questão 04 que trata a indeterminação do sujeito

4. Leia parte da introdução escrita pelo poeta Eucanaã Ferraz para uma obra sobre outro poeta, Vinicius de Moraes.

Vinicius de Moraes (1913-80) é o caso típico do artista que, ao longo do tempo, foi sendo sobreposto à própria obra. Fala-se muito do poeta, mas lê-se insuficientemente sua poesia; sabemos de cor alguns de seus versos antológicos, mas não raro estancamos ali, sem seguir adiante, ou, se avançamos com a atenção devida, nem sempre nos arriscamos em textos menos consagrados; ao ouvir suas canções, somos tomados por uma tal beleza que nos parece desnecessário pensar sobre elas; repetimos uma série de opiniões de tal modo cristalizadas que parecem prescindir do confronto com a apreciação crítica da obra. [...]

FERRAZ, Eucanaã. Publicado em: 19 out. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/892590-fala-se-muito-de-vinicius-mas-le-se-insuficientemente-sua-poesia.shtml>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

- a) O que significa ser um artista “sobreposto à própria obra”?
- b) Classifique o sujeito da oração “Fala-se muito do poeta”.
- c) Haveria alteração da forma verbal se *do poeta* fosse trocado por *de casos envolvendo o poeta*? Por quê?
- d) Compare a oração “Fala-se muito do poeta” com outra que apresenta o mesmo tipo de sujeito: “Falamos muito do poeta”. Em qual delas o produtor do texto (Eucanaã) pode estar incluído na ação de *falar*? Justifique.
- e) Que outro tipo de sujeito poderia indicar a mesma inclusão? Explique sua resposta.
- f) Classifique o sujeito da oração “mas lê-se insuficientemente sua poesia”.
- g) Como deveria ser flexionado o verbo *ler* caso o termo *sua poesia* fosse trocado por *seus poemas*? Por quê? Reescreva a oração com essa mudança.
- h) Ainda que as orações “Fala-se muito do poeta” e “mas lê-se insuficientemente sua poesia” tenham sujeitos sintaticamente diferentes, observa-se uma semelhança na maneira como elas apresentam o praticante da ação. Explique tal semelhança.

Fonte: Ormundo; Sinischalshi (2020, p. 264)

Para responder à questão, o aluno precisa realizar a leitura de um trecho da introdução escrita pelo poeta Eucanaã Ferraz para uma obra sobre o poeta Vinicius de Moraes. Na alternativa b, pede-se ao aluno que classifique o sujeito da oração, sendo a resposta correta: sujeito indeterminado e para responder a alternativa h é necessário que o aluno compreenda a definição de sujeito indeterminado. A questão é superficial, engessada e sobretudo nada relevante, pois limita-se à identificação mecânica de um termo gramatical sem contextualização mais ampla, sem promover o pensamento crítico, a interpretação do texto ou o reconhecimento das implicações de uso da linguagem em situações reais de comunicação..

Dessa forma, pode-se afirmar que o material didático em análise reconhece apenas as estratégias de indeterminação do sujeito prescritas pela GT. A exclusão das novas formas de indeterminar o sujeito, no LD de português, comprova que o ensino da Língua Portuguesa segue mantendo-se fiel a uma abordagem descontextualizada, submissa às GTs, que desconsidera a

diversidade existente na língua, inclusive as já documentadas na literatura, como as várias estratégias de indeterminação do sujeito sistematizadas nesta pesquisa.

Com isso, não significa abandonar as formas canônicas prescritas pela tradição gramatical, mas valorizar o saber linguístico dos falantes, trazer exemplos de estratégias que os falantes utilizam no dia a dia para indeterminar o sujeito. Essa abordagem mostraria ao aluno que a língua é uma realidade essencialmente heterogênea e que muda o tempo inteiro para atender as necessidades sociocomunicativas.

Conclui-se, portanto, que o ensino de Língua Portuguesa precisa ir além da prescrição rígida da norma padrão e inserir, de forma crítica e reflexiva, a diversidade linguística presente na realidade dos falantes. Ao adotar essa abordagem, a escola não apenas rompe com práticas excludentes e estigmatizantes, mas também promove um ensino linguístico democrático e comprometido com a realidade sociolinguística dos falantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou o LD de Língua Portuguesa, volume único, adotado pela rede estadual, utilizado nas cidades de Santo Antônio de Jesus e Varzedo-BA. O objetivo principal foi analisar as estratégias de indeterminação do sujeito presentes no material. Constatou-se que o LD se restringe apenas às abordagens tradicionalmente reconhecidas pela gramática, isto é, o verbo na terceira pessoa do plural sem uma referência definida e verbo na terceira pessoa do singular com o pronome "se" como índice de indeterminação, ignorando outras formas de indeterminação reconhecidas pela linguística.

A ausência de novas estratégias, reconhecidas por pesquisas sociolinguísticas, no ensino do sujeito indeterminado no LD não apenas revela um ensino metalinguístico excessivamente normativo, reconhecendo apenas as formas prescritas pela gramática, mas também expõe uma pedagogia que desconsidera a variedade linguística da Língua Portuguesa para o tratamento do fenômeno estudado.

Compreende-se que o LD é uma ferramenta importante para o planejamento e o desenvolvimento das aulas e tem avançado no tratamento dos

fenômenos linguísticos variáveis que caracterizam a realidade sociolinguística brasileira (Sene, Silva, Araujo, 2017). No entanto, lacunas ainda são percebidas, como tratar variantes já amplamente usadas no PB como sinônimo de informalidade, como constatou Pereira (2024) ao analisar a regência das preposições locativas. No que diz respeito ao sujeito indeterminado, o material admite somente o uso do verbo na terceira pessoa do singular com o pronome "se" e na terceira pessoa do plural, sem uma referência explícita do sujeito, como formas de indeterminação. Nessa perspectiva, observou-se que as questões inicialmente levantada, a saber, se o LD analisado apresentaria outras formas de indeterminação do sujeito além daquelas previstas pela GT e quais recursos linguísticos seriam utilizados para expressar tal fenômeno, não foram confirmadas quanto à ampliação das formas. O material restringe-se às construções tradicionalmente legitimadas pela GT, não explorando possibilidades discursivas mais amplas que refletem a diversidade do uso linguístico em contextos reais.

Portanto, é necessário que os LD de Língua Portuguesa ampliem suas abordagens ao incluir a variação linguística para o tratamento dos fenômenos da língua. Isso significa adotar um ensino de gramática contextualizado, que vá além da classificação formal e evidencie a função da indeterminação do sujeito na produção de sentidos nos textos. Para isso, é essencial propor atividades que integrem análise linguística e prática discursiva, explorando gêneros textuais diversos nos quais esse fenômeno cumpra papéis comunicativos relevantes. Assim, tanto as escolas públicas quanto as privadas precisam ir além do conceito normativo, incentivando uma análise crítica e considerando as práticas discursivas reais. Somente por meio da valorização da diversidade e do combate à discriminação linguística que os alunos se tornarão cidadãos críticos, cientes da diversidade que os envolve.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português** – encontro e interação. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ASSUNÇÃO, J. S.; ALMEIDA, N. L. F. A gente e você: formas de indeterminação

do sujeito em Feira de Santana-BA. In: Norma Lucia Fernandes de Almeida; Silvana Silva de Farias Araujo; Eliana Pitombo Texeira; Zenaide de Oliveira Novais Carneiro. (Org.). **Varição Linguística em Feira de Santana-BA**. Feira de Santana-BA: UEFS editora, 2016.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BORTONI- RICARDO. **Nós chegemos na escola, e agora?**: Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC; SEB, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALLOU, Dinah. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (orgs.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

CASTILHO, Ataliba T. De; ELIAS, Vanda Maria. **Pequena gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CEGALLA, Domingos Paschoal, 1920. **Novíssima gramática da língua portuguesa**: com numerosos exercícios. 22. ed. – São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. (orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 295 - 316.

CUNHA, Celso, 1917 – 1989. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Celso, 1917 – 1989. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6.ed. – Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DUARTE, Milcinele da Conceição; CASSEB-GALVÃO, Vânia. Funcionalismo clássico aplicado ao ensino. In: CASSEB-GALVÃO, Vânia; NEVES, Maria Helene de Moura. **O todo da língua: teoria e prática do ensino de português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Rocha, 1915 – 1991. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49.ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MILANEZ, Wânia. **Recursos de indeterminação do sujeito**. 1982. 149 f. Dissertação (mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

MOLLICA, Maria Cecilia. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecilia; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

ORMUNDO, Wilton; SINISCALCHI, Cristiane. **Se liga nas linguagens: português**. 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2020, p. 256 – 264.

PEREIRA, Vitória Ize Souza. **“Cheguei em casa cansada”**: Um olhar sociolinguístico para a regência dos verbos de movimento no livro didático de língua portuguesa no ensino médio. Santo Antônio de Jesus, 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa) - Universidade do Estado da Bahia.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2000.

PERINI, Mário A. **Para uma nova gramática do português**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1986.

PONTES, Vanessa. **A indeterminação do sujeito no português popular do interior do estado da Bahia**/ Vanessa Pontes – 2008. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2008.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 47.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa gramática completa Sacconi**. 30. ed. red. – São Paulo: Nova Geração, 2010.

SANTANA, Neila Maria Oliveira. **A indeterminação do sujeito no português**

rural do semi-árido baiano. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2006.

SENE, Marcus Garcia de; SILVA, Manoel Crispiniano Alves da; ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. Revisitando Velhos Percalços: A Abordagem da Variação Linguística nos Livros Didáticos de Língua Portuguesa. **Revista Letra Magna**, 2017.